

Particular, noturno e feminino



Hélio Rosetti Jr.

Os resultados do Censo da Educação Superior Brasileiro de 2006, divulgados pelo MEC/Inep em dezembro de 2007, mostram características interessantes do ensino superior, com tendências e evoluções significativas da vida acadêmica e também para o mundo do trabalho.

Das 2.270 Instituições nacionais pesquisadas só 248 (10,92%) são públicas, com 2.022 (89,08%) particulares. Essas instituições matriculam quase 4,9 milhões de alunos em todo o País, divididos da seguinte forma: cerca de 25% das matrículas nas instituições públicas e 75% nas organizações particulares de ensino superior.

Assim, a iniciativa particular tem sido a grande propulsora da formação superior no Brasil, tanto em quantidade de instituições quanto em número de matrículas.

A educação superior no Brasil é majoritariamente noturna, com 61% das matrículas. Ao dia ficam 39% dos matriculados, conforme o Censo. Das matrículas noturnas, 86% encontram-se nas faculdades particulares e 14% nas públicas.

Com as matrículas diurnas ocorre diminuição da elevada disparidade: 42% estão em instituições públicas e 58% nas particulares. Na proporção de matriculados, o ensino superior público no Brasil tem 2/3 de seus alunos estudando ao dia, e somente 1/3 à noite. Com os alunos das instituições particulares ocorre o inverso: 70% estudam à noite e somente 30% ao dia.

Esses dados vêm demonstrar o importante papel social desenvolvido por instituições particulares no Brasil, na abertura de possibilidades acadêmicas para jovens que não dispõem de todo o dia para estudos na formação superior.

Vale destacar que as faculdades públicas que mais concentram matrículas diurnas são as federais e as estaduais. As instituições particulares e as públicas municipais concentram a esmagadora maioria das vagas noturnas do ensino superior.

Com 56% de mulheres matriculadas, contra 44% de homens, o corpo discente universitário brasileiro é feminino, indicando a maior escolaridade das mulheres no ambiente profissional brasileiro.

Essas matrículas femininas predominam em todas as categorias administrativas acadêmicas, com exceção nas instituições federais de ensino superior, onde ainda existe a predominância masculina.

Conhecer e estudar os resultados do Censo da Educação Superior Brasileiro, disponíveis na internet no endereço www.inep.gov.br, é importante tarefa para nossos gestores públicos, visando a oportuna orientação na implementação de políticas para o mundo acadêmico e profissional.

Recentemente, A Tribuna divulgou pesquisa do IBGE mostrando que, do total de trabalhadores capixabas atuantes (em torno de 1,76 milhão de profissionais), a maioria, 63,1%, possui somente até 10 anos de estudos, numa mostra preocupante do despreparo e da baixa escolaridade da força de trabalho do Espírito Santo.

Os números do Censo, divulgados pelo MEC/Inep, proporcionam reflexão estratégica acerca de nosso desenvolvimento, nossa formação acadêmica e preparação competente para o ambiente de trabalho.

Afinal, é a partir do efetivo trabalho acadêmico e seus desdobramentos que teremos sustentabilidade no desenvolvimento econômico nacional e local.

É fundamental o entendimento de como ocorre a formação e preparação dos profissionais locais e nacionais, tendo em vista as elevadas demandas por pessoas capacitadas, no contexto das economias interconectadas.

A educação superior brasileira é predominantemente particular, feminina, ocorre no interior e à noite. Esse é o perfil recente que o MEC nos fornece.

A sociedade, os gestores e as organizações empresariais devem refletir sobre essas características acadêmicas, na busca de soluções para nosso baixo quantitativo de talentos humanos.

“A educação superior brasileira é particular, feminina, ocorre no interior e à noite”

Hélio Rosetti Jr. é mestre em Gestão e professor universitário